
Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFISCO II – SP

***Informações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as informações financeiras

Aos Administradores
Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFISCO II – SP

Ao
Banco Interamericano de Desenvolvimento

Opinião

Examinamos as informações financeiras do Programa “Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFISCO II – SP (“Programa”) administrado pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo – SEFAZ/SP (“Administrador”), que compreendem os demonstrativos de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e, os Demonstrativos dos fluxos de caixa para os exercícios findos 31 de dezembro de 2021 e 2020, expressos em dólares dos Estados Unidos, bem como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas correspondentes ao Programa, executado pelo Administrador e financiados parcialmente com recursos do contrato de empréstimo no 4706/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento e com aportes de contrapartida local do Administrador.

Em nossa opinião, as informações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os investimentos acumulados do Programa em 31 de dezembro 2021 e 2020 e os fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro 2021 e 2020 de acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota 2 às informações financeiras.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para a Nota 2 às informações financeiras, que descreve sua base de elaboração. O presente relatório sobre as informações financeiras destina-se apenas à informação e uso da administração do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Programa, não sendo destinado ao uso, nem podendo ser utilizado por outras partes que não sejam expressamente especificadas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.



Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFISCO II – SP e Banco Interamericano de Desenvolvimento

Responsabilidades da administração e da governança pelas informações financeira

A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das informações financeiras de acordo com e acordo com a base contábil de recebimentos e pagamentos descrita na Nota 2 às informações financeiras e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de informações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das informações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Programa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das informações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Programa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das informações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das informações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as informações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas informações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com os requisitos específicos de auditoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas informações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Programa.
- Avaliamos a adequação da base contábil de recebimentos e pagamentos utilizada e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Programa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de São Paulo – PROFISCO II – SP e
Banco Interamericano de Desenvolvimento

chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas informações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Programa a não mais se manter em continuidade operacional.

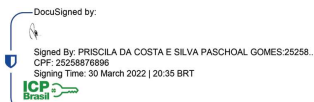
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das informações financeiras, inclusive as divulgações e se essas informações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5



Priscila da Costa e Silva Paschoal Gomes
Contador CRC 1SP222241/O-0



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA E DE PROJETOS – DGEP
UNIDADE DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DE PROGRAMA - UCSP

DEMONSTRATIVO DE FLUXO DE CAIXA

	Período finalizado em 31-12-2020			Período finalizado em 31-12-2021		
	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS						
Acumulado no início do período	0	0	0	20.409.957,86	129.270,48	20.539.228,34
Durante o período	20.409.957,86	129.270,48	20.539.228,34	-	352.471,10	352.471,10
. Desembolsos (Antecipações/Fundo Rotativo, reembolsos, pagamento diretos)	20.409.957,86	0	20.409.957,86	-	7.397,34	7.397,34
. Rendimentos de aplicação financeira - 31-12-2021	0	129.270,48	129.270,48	-	353.965,33	353.965,33
. Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	-	-	-
. Outros (detalhar): diferença cambial dos rendimentos	0	0	0	-	-8891,57	-8891,57
Total de Recursos Recebidos	20.409.957,86	129.270,48	20.539.228,34	20.409.957,86	481.741,58	20.891.699,44
DESEMBOLSOS EFETUADOS						
Acumulado no início do período	0	0	0	7.387.957,86	-	7.387.957,86
Durante o período	7.387.957,86	0	7.387.957,86	7.345.371,92	7.397,34	7.352.769,26
. Solicitação/Justificativa de desembolso apresentada ao BID	7.387.957,86		7.387.957,86	5.175.002,73	2.532,30	5.177.535,03
. Ajuste de Exercícios Anteriores	0	0	0	-	-	-
. Pagos por Bens e Serviços Pendentes de comprovação/justificativa	0	0	0	2.170.369,19	4.865,04	2.175.234,23
. Outros (detalhar)	0	0	0	-	-	-
Total Desembolsado	7.387.957,86	0	7.387.957,86	14.733.329,78	7.397,34	14.740.727,12
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	13.022.000,00	129.270,48	13.151.270,48	5.676.628,08	474.344,24	6.150.972,32

São Paulo, 30 de março de 2022.

HELIO
ZARENCZANSKY
Y:05008149881

Assinado de forma digital por HELIO ZARENCZANSKY:05008149881
 Dados: 2022.03.30 18:07:34 -03'00'

Helio Zarenczansky
 Coordenador Geral da UCSP

BRUNA DE JESUS
BARBOSA DA
SILVA:32941511
873

Assinado de forma digital por BRUNA DE JESUS BARBOSA DA SILVA:32941511873
 Dados: 2022.03.30 17:59:21 -03'00'

Bruna de Jesus Barbosa da Silva
 Coordenadora Financeira



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA DA FAZENDA E DO PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROGRAMA: PROFISCO II SP
CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 4706/OC-BR

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS
(Expresso em US\$ dólares)

Categorias de Investimento		Orçamento Vigente			Acumulado do Exercício 2020			Movimento do Exercício 2021			Acumulado do Exercício 2021			Orçamento a Realizar		
		TOTAL PROJETO	BID	LOCAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	TOTAL PROJETO	BID	LOCAL
1	A. Custos Diretos	92.947.119,00	84.261.818,00	8.685.301,00	7.387.957,86	0,00	7.387.957,86	7.345.371,92	4.865,04	7.350.236,96	14.733.329,78	4.865,04	14.738.194,82	78.208.924,18	69.528.488,22	8.680.435,96
1.1.	Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	49.203.415,00	44.471.618,00	4.731.797,00	6.520.770,38	0,00	6.520.770,38	7.174.646,43	4.865,04	7.179.511,47	13.695.416,81	4.865,04	13.700.281,85	35.503.133,15	30.776.201,19	4.726.931,96
1.2.	Administração Tributária e Contencioso Fiscal	22.493.714,00	20.580.651,00	1.913.063,00	0,00	0,00	0,00	170.725,49	0,00	170.725,49	170.725,49	0,00	170.725,49	22.322.988,51	20.409.925,51	1.913.063,00
1.3.	Administração Financeira e Gasto Público	21.249.990,00	19.209.549,00	2.040.441,00	867.187,48	0,00	867.187,48	0,00	0,00	0,00	867.187,48	0,00	867.187,48	20.382.802,52	18.342.361,52	2.040.441,00
2	B. Gestão do Projeto	948.882,00	536.958,00	411.924,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.532,30	2.532,30	0,00	2.532,30	2.532,30	946.349,70	536.958,00	409.391,70
2.1.	Monitoramento e Avaliação	672.732,00	260.808,00	411.924,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.532,30	2.532,30	0,00	2.532,30	2.532,30	670.199,70	260.808,00	409.391,70
2.2.	Auditoria	276.150,00	276.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	276.150,00	276.150,00	0,00
3	C. Imprevistos	2.903.999,00	2.321.224,00	582.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.903.999,00	2.321.224,00	582.775,00
3.1	Imprevistos	2.903.999,00	2.321.224,00	582.775,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.903.999,00	2.321.224,00	582.775,00
A	Subtotal	96.800.000,00	87.120.000,00	9.680.000,00	7.387.957,86	0,00	7.387.957,86	7.345.371,92	7.397,34	7.352.769,26	14.733.329,78	7.397,34	14.740.727,12	82.059.272,88	72.386.670,22	9.672.602,66

São Paulo, 04 de março de 2022.

HELIO
ZARENCZANSKY
Y:05008149881

Assinado de forma digital
por HELIO
ZARENCZANSKY:050081498
81
Dados: 2022.03.30 18:08:09
-03'00'

Helio Zarenczansky
Coordenador Geral da UCSP

BRUNA DE JESUS
BARBOSA DA
SILVA:3294151187
3

Assinado de forma digital
por BRUNA DE JESUS
BARBOSA DA
SILVA:32941511873
Dados: 2022.03.30 17:59:48
-03'00'

Bruna de Jesus Barbosa da Silva
Coordenadora Financeira

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROFISCO II - 4706/OC-BR

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

Sem prejuízo do uso ou da adaptação às circunstâncias das notas julgadas necessárias conforme as sugestões das NICSP - Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público ou NIC/IFRS – Normas Internacionais de Contabilidade/Normas Internacionais de Relatórios Financeiros, a título de ilustração apresentam-se a seguir os assuntos comumente tratados nas notas, sem que estas constituam uma relação exaustiva ou impliquem sua aplicação em todos os casos:

1. Descrição do Programa

O Estado de São Paulo assinou, em 21 de novembro de 2019, contrato de empréstimo no âmbito do Convênio de Linha de Crédito Condicional para Projetos de Investimentos (CCLIP), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o objetivo de contribuir para a sustentabilidade fiscal do Estado por meio da: (i) modernização da gestão fazendária; (ii) melhoria da administração tributária; e (iii) melhoria da gestão do gasto público. Esse contrato constitui uma Operação Individual dentro do Programa de Apoio à Gestão de Integração dos Fiscos no Brasil – PROFISCO II - SP, sendo que a execução do projeto e a utilização dos recursos desse financiamento ficaram sob a responsabilidade da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ/SP, como Órgão Executor.

O Projeto financiará atividades dos seguintes componentes:

Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal

Este componente tem como objetivo melhorar os instrumentos de gestão, modernizar a infraestrutura tecnológica e aumentar a transparência do fisco com a sociedade, potencializando o desempenho institucional da SEFAZ/SP e financiará a implantação de:

- (a) Modelo proativo de auditoria e controle, mediante:** (i) modelagem e redesenho de processos de monitoramento e controle com foco proativo; (ii) sistemática de

análise de dados para monitoramento e controle, com implantação de trilhas de auditoria eletrônica.

- (b) Programa de gestão estratégica de pessoas, mediante:** (i) implantação de modelo de desenvolvimento de pessoas; (ii) implantação de modelo de qualidade de vida; (iii) programa de educação a distância; (iv) readequação do ambiente de trabalho; (v) remodelagem da Escola de Governo; (vi) aprimoramento dos processos de recursos humanos e gestão de pessoas.
- (c) Programa de Educação Fiscal para a cidadania, mediante:** (i) desenvolvimento de novas mídias digitais; (ii) novas ações institucionais; e (iii) realização de pesquisa de percepção da sociedade em relação aos tributos e alocação dos gastos públicos.
- (d) Serviços da Bolsa Eletrônica de Compras (BEC), mediante:** (i) módulo de gestão de fornecedores do estado; (ii) ampliação dos módulos de licitação e serviços; e (iii) módulo de gestão do ciclo de suprimentos da administração estadual.
- (e) Plataforma de tecnologia da informação instalada, mediante:** (i) ambiente de arquitetura corporativa implantado; (ii) Logística de tecnologia da informação; e (iii) desenvolvimento de sistemas.
- (f) Modelo de gestão da inovação, mediante:** (i) implementação de solução inovadora.

Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal

Este componente tem como objetivo aumentar a eficiência da arrecadação de impostos, incrementar as receitas e simplificar o cumprimento das obrigações tributárias e financiará a implantação de:

- (a) Metodologia de simplificação de obrigações acessórias, mediante:** (i) plano de simplificação de obrigações tributárias acessórias; e (ii) módulo integrador da base de dados de obrigações tributárias.
- (b) Modelo de gestão de documentos fiscais eletrônicos, mediante:** (i) sistemas de credenciamento de documentos fiscais eletrônicos (Nota Fiscal eletrônica - NF-e, Conhecimento de Transporte eletrônico - CT-e e Escrituração Fiscal Digital - EFD); (ii) portal paulista do Simples Nacional.
- (c) Sistema Autenticador e Transmissor (SAT) de documentos fiscais eletrônicos, mediante:** (i) melhorias na especificação técnica dos requisitos do SAT, nos roteiros de análise e outros documentos técnicos do projeto.
- (d) Sistema Integrador ao Operador Nacional dos Estados (ONE), mediante:** (i) desenvolvimento webservices para captura, transmissão das leituras e recebimento das informações.

- (e) Modelo de inteligência fiscal da SEFAZ, mediante:** (i) modelo de análise de dados estruturados; e (ii) instrumentos de inteligência fiscal.
- (f) Sistema de arrecadação do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD), mediante:** (i) metodologia estatística de levantamento de valores de mercado de bens imóveis; e (ii) sistema de declaração do ITCMD automatizado.
- (g) Sistema de tratamento e cruzamento de informações fiscais sobre a venda de combustíveis, mediante:** (i) sistema de informações fiscais sobre a venda de combustíveis;
- (h) Modelo de cobrança de tributos estaduais, mediante:** (i) réguas de cobrança por perfil do contribuinte e (ii) desenvolvimento de soluções tecnológicas para a cobrança de IPVA.
- (i) Sistema de Contact Center único para atendimento eletrônico ao cidadão, mediante:** (i) sistema integrado de atendimento eletrônico; e (ii) serviço de gestão documental.
- (j) Instrumentos da Consultoria Tributária, mediante:** (i) sistema de consulta de interpretação da legislação tributária; (ii) reforma da infraestrutura da Consultoria Tributária;
- (k) Processo do contencioso tributário, mediante:** (i) readequação física do ambiente do Tribunal de Impostos e Taxas; (ii) módulo de integração do Processo Administrativo Tributário Eletrônico (e-PAT) com o Sistema de Conta Fiscal; (iii) banco de dados com informações do e-PAT para uso gerencial; (iv) módulo de integração e-PAT com sistemas da Procuradoria Geral do Estado (PGE); e (v) módulo e-PAT adequado e ampliado às normas e procedimentos.

Componente III. Administração financeira e gasto público

Este componente procura contribuir para disciplina fiscal e aumento da eficiência e efetividade do gasto público e financiará a implantação de:

- (a) Sistema de administração financeira, mediante:** (i) implantação de sistema de administração financeira.
- (b) Modelo de riscos fiscais de médio / longo prazo, mediante:** (i) modelo de projeções fiscais; (ii) modelo de riscos fiscais na gestão de parcerias Público-Privadas (PPP);
- (c) Sistema único de gestão de Recursos Humanos e Folha de Pagamento do Estado, contemplando:** (i) desmaterialização dos processos de recursos humanos.

- (d) **Sistema de Custos dos Serviços Públicos, mediante:** (i) implantação do Sistema de Custos implantado em 4 setoriais.

Custo e Financiamento (em US\$)

Categorias	Banco	Contrapartida Local	Total	%
A. Custos Diretos	84.261.818	8.685.301	92.947.119	96,0
Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal	44.471.618	4.731.797	49.203.415	50,8
Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal	20.580.651	1.913.063	22.493.714	23,2
Componente III. Administração financeira e gasto público	19.209.549	2.040.441	21.249.990	22,0
B. Gestão do Projeto	536.958	411.924	948.882	1,0
1. Monitoramento e avaliação	260.808	411.924	672.732	0,7
2. Auditoria	276.150	-	276.150	0,3
C. Imprevistos	2.321.224	582.775	2.903.999	3,0
Total	87.120.000	9.680.000	96.800.000	100,00
%	90	10	100	

O custo total do programa é de US\$ 96.800.000,00, sendo US\$ 87.120.000,00 provenientes do BID e US\$ 9.680.000,00 de contrapartida .

2. Principais Políticas Contábeis

▪ **Base de Contabilidade Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo “*IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa*”.

▪ **Unidade Monetária**

Os registros do programa são feitos em moeda local e em dólares dos Estados Unidos. Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do recurso recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se a taxa de câmbio negociada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo com os agentes bancários no momento do recebimento desses recursos (internalização).

Para a prestação de contas/justificativas de gastos pagos, a taxa de câmbio aplicada para a conversão da moeda local (R\$) dólares estadunidenses é de conformidade com o acordado na Cláusula 4.10 do Contrato de Empréstimo. Esta cláusula determina as seguintes regras de conversão:

- Para pagamento em moeda local dos recursos do Empréstimo, aplica-se a mesma taxa de câmbio de internalização dos recursos no país;
- Para pagamento a débito da contrapartida local ou do reembolso de despesas a débito do Empréstimo, aplica-se a taxa de câmbio de compra (PTAX) disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (Sistema SISBACEN) na data efetiva em que o respectivo pagamento é realizado a favor do beneficiário.

Ressalvamos que os pagamentos a fornecedores são feitos em moeda nacional e convertidos em dólar pelo sistema SIGEO – Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária -, utilizado por todo o Estado de São Paulo. Ao fazer a conversão para dólar por meio da taxa de câmbio para cada pagamento efetuado, o SIGEO arredonda os valores na segunda casa decimal, visto que esse é o número máximo de casas que o sistema trabalha. Por isso, verificamos algumas pequenas diferenças em centavos de dólar quando, por exemplo, comparamos a soma dos pagamentos em dólar obtida no SIGEO com a soma dos pagamentos em reais imediatamente convertido pela taxa de câmbio. Consideramos tais diferenças de centavos irrelevantes. Entretanto, por transparência, as mesmas foram apresentadas nos demonstrativos financeiros e apontaremos nos itens abaixo quando houver tais diferenças decorrentes do arredondamento pela conversão para dólar.

Com relação aos rendimentos de aplicações, auferidos em moeda local com recursos do Empréstimo, são apropriados na demonstração financeira como recursos de contrapartida, e são convertidos para dólares, utilizando-se as taxas de câmbio de compra (PTAX) disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (Sistema SISBACEN). Enquanto esses rendimentos estiverem disponíveis em moeda local são atualizados para dólares, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data do fechamento da respectiva demonstração financeira, ou seja, em 31 de dezembro, o que ocasiona ajuste em dólares por variação cambial - para mais ou para menos – de um exercício para outro.

Quando esses rendimentos são utilizados para o pagamento de fornecedores, são apropriados como aporte de contrapartida local nas demonstrações financeiras e convertidos para dólares utilizando-se a taxas de câmbio de compra (PTAX)

disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil (Sistema SISBACEN) do dia da realização do pagamento.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro de 2021 estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros e ganhos cambiais.

Em US\$

	2020	2021
Conta Única do Tesouro	13.022.000,00	5.676.628,10
Rendimentos de aplicações financeiras	129.270,48	474.344,24
Total	13.151.270,48	6.150.972,34

No ano de 2020 obteve-se o total de US\$ 129.270,48 em rendimentos. Durante o ano de 2021 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 353.965,33 e perda por diferença cambial no valor de US\$ 8.891,57.

Temos duas observações a fazer:

- a) Em relação ao valor disponível na Conta Única em 2021 de US\$ 5.676.628,10, que consta no demonstrativo de Conciliação dos Recursos antecipados pelo Banco, difere em US\$ 0,02 daquele apresentado no demonstrativo de Fluxo de Caixa, no qual apresentamos o valor de US\$ 5.676.628,08. Essa pequena diferença se deve pelo fato de que no Fluxo de Caixa chegamos no saldo utilizando a soma dos pagamentos em dólar retirados do SIGEO, de modo que a diferença é devida ao arredondamento feito pelo referido sistema.
- b) No ano de 2020, o valor de R\$ 1.275,96, referente ao rendimento de US\$ 249,60 na conta especial nº 46.379.400, transferido para a conta operativa nº 19.601-0 em 21/12/2020 e que depois foi repassada para a conta única do Tesouro. Conforme recomendação do BID, esse valor passou a ser contabilizado com os demais rendimentos do Profisco 2 no dia 03/12/2021, por meio da NL 24712. Assim, a questão foi devidamente resolvida.

4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 7.846.997,27, e está representado nas seguintes solicitações de desembolso pendentes de tramitação ou gastos efetuados não incluídos em tais solicitações:

	US\$
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº 01	7.846.997,27
Gastos pagos não incluídos na Solicitação de Desembolso	-
Total	7.846.997,27

5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período	13.022.000,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o período	5.175.002,73
(+) Adiantamentos recebidos	0,00
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período	7.846.997,27

6. Fundo Rotativo

Não se aplica.

7. Fundos de Contrapartida Nacional

O Governo do Estado de São Paulo assumiu o compromisso de contribuir com a importância de US\$ 9.680.000,00, como contrapartida local. Até 31 de dezembro de 2021, o Governo contribuiu com a importância de US\$ 7.397,34, o que corresponde a 0,08% do total comprometido.

8. Ajustes de Períodos Anteriores

Não houve.

9. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às normas do BID e disposições das Leis 8.666/93 e 10.520/02. Os bens estão inventariados e os serviços foram devidamente prestados. A lista dos pagamentos realizados consta no Anexo 1.

10. Categorias de Inversão

Categorias de Investimento		Acumulado do Exercício 2021		
		BID	LOCAL	TOTAL
1	A. Custos Diretos	14.733.329,78	4.865,04	14.738.194,82
1.1.	Gestão Fazendária e Transparência Fiscal	13.695.416,81	4.865,04	13.700.281,85
1.2.	Administração Tributária e Contencioso Fiscal	170.725,49	0,00	170.725,49
1.3.	Administração Financeira e Gasto Público	867.187,48	0,00	867.187,48
2	B. Gestão do Projeto	0,00	2.532,30	2.532,30
2.1.	Monitoramento e Avaliação	0,00	2.532,30	2.532,30
2.2.	Auditoria	0,00	0,00	0,00
3	C. Imprevistos	0,00	0,00	0,00
3.1	Imprevistos	0,00	0,00	0,00
A	Subtotal	14.733.329,78	7.397,34	14.740.727,12

11. Desembolsos Efetuados

O total de recursos desembolsados pelo BID até 31/12/2021 é de US\$ 20.409.957,86. Esse valor, registrado no campo Recursos Recebidos – BID, da Demonstração de Fluxos de Caixa, é equivalente ao registrado no sumário contábil do BID (OPS-1). A última solicitação de desembolso é a de nº. 002, apresentada ao Banco em 23/11/2020, cujos recursos solicitados foram recebidos em 10/12/2020.

12. Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados

US\$

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	14.733.329,78	7.397,34	14.740.727,12
Demonstrativo de Investimentos	14.733.329,78	7.397,34	14.740.727,12
Diferença	0	0	0

13. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (WLMS-1 Executive Financial Summary), por Categorias de Inversão

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos	WLMS-1 Disbursed Amount	Diferença
A. Custos Diretos	14.733.329,78	12.562.960,59	2.170.369,19
Componente I. Gestão fazendária e transparência fiscal	13.695.416,81	11.661.743,75	2.033.673,06
Componente II. Administração tributária e contencioso fiscal	170.725,49	34.029,36	136.696,13
Componente III. Administração financeira e gasto público	867.187,48	867.187,48	0
B. Gestão do Projeto	0	0	0
1. Monitoramento e avaliação	0	0	0
2. Auditoria	0	0	0
C. Imprevistos			
Total	14.733.329,78	12.562.960,59	2.170.369,19

O valor de US\$ 2.170.369,19 se refere a gastos executados até 31/12/2021, porém ainda pendentes de apresentação/justificativa ao BID, conforme consta no demonstrativo de Conciliação dos Recursos Antecipados pelo Banco.

14. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo “Disbursed life” do WLMS-1 e o registrado no campo “Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	20.409.957,86
WLMS - 1 (Disbursed Life)	20.409.957,86
Diferença	0,00

15. Contingências

Não houve.

16. Eventos Subsequentes

Do valor inicial antecipado de US\$ 13.022.000,00 pendente de justificativa em 31/12/2020, US\$ 5.175.002,73 foram devidamente justificados ao BID em 27/09/2021. Dessa forma, em 31/12/2021 US\$ 7.846.997,27 ainda estão pendentes de justificativa, conforme destacamos no quadro 4.

Informamos que na primeira quinzena de abril de 2022 iremos justificar ao BID a execução de US\$ 5.913.723,69. Assim, US\$ 1.933.273,58 ainda ficarão pendentes de justificativa.

17. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não houve.

São Paulo, 30 de março de 2022.

HELIO
ZARENCZA
NSKY:0500
8149881

Assinado de forma
digital por HELIO
ZARENCZANSKY:0
5008149881
Dados: 2022.03.30
18:08:44 -03'00'

Helio Zarenczansky
Coordenador Geral da UCSP

BRUNA DE
JESUS
BARBOSA DA
SILVA:3294151
1873

Assinado de forma
digital por BRUNA
DE JESUS BARBOSA
DA
SILVA:32941511873
Dados: 2022.03.30
18:00:27 -03'00'

Bruna de Jesus Barbosa da Silva
Coordenadora Financeira